

# SEM DÓ NEM PIEDADE

Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho em larga escala são um dos mais notórios subprodutos do capitalismo. A Revolução Industrial igualou ou suplantou, neste aspecto, as terríveis experiências da escravidão e da servidão. O desgaste e consumo, eventualmente literal, do corpo humano por engrenagens e maquinarias, em ambientes altamente insalubres, foi descrito por pensadores do calibre de Engels e Marx e registrado em inúmeras imagens, não raro trágicas e comoventes. Até os dias de hoje, em diferentes setores da produção persistem condições de trabalho árduas, exaustivas e perigosas, que deixam marcas indelévels nos que a elas sobrevivem. Basta citar o drama vivido pelos mineiros soterrados no Chile.

Alguém poderá dizer que estas considerações são válidas apenas para as atividades diretamente produtivas, exercidas por operários fabris ou por trabalhadores de setores de risco, como os eletricitários. Mas a verdade é que toda profissão assalariada rende seu tributo às exigências do capital. Os docentes universitários, por exemplo, mesmo quando funcionários do setor público, cada vez mais vêm-se submetidos a uma lógica de superexploração, (mal) disfarçada por sofisticados paradigmas meritocráticos. Seu algoz não é a máquina que pode arrancar uma parte do braço do operador, nem a linha elétrica de alta tensão que fulmina a um simples toque, mas o sistema de premiações e punições, que preconiza variadas formas de rebaixamento funcional dos docentes caso deixem de atender a determinadas exigências (em geral, quantitativas).

Nesta edição relatamos a existência de pesquisas acadêmicas que estabelecem forte relação entre, de um lado, as imposições de tipo produtivista que passaram a ser feitas ao trabalhador docente, e de outro lado uma série de doenças de fundo nervoso, como o estresse laboral e a Síndrome de Burnout. No cenário atual, o assédio moral torna-se um fenômeno corriqueiro, na medida em que é utilizado por chefes e até por colegas como forma de pressão para que o docente “desviante” enquadre-se no padrão produtivo considerado aceitável.

## **Novos docentes opinam**

Há espaço para lutar contra a cientometria reinante? Sim, a julgar pela opinião majoritária de um grupo de novos docentes da USP ouvidos por nós. Eles estão dispostos a trabalhar duramente e a envolver-se nas tarefas de ordem institucional, mas não pretendem abdicar da capacidade de refletir sobre o próprio trabalho e sobre os critérios de avaliação.

## **Crise nos IPPs**

Voltamos a tratar de assunto que consideramos da maior gravidade: o sucateamento dos institutos públicos de pesquisa (IPPs) do Estado de São Paulo. Quatro anos após nossa primeira matéria a respeito, publicada na *Revista Adusp* 38, a situação dos IPPs não melhorou, ao contrário: está ocorrendo evasão de pesquisadores, em razão dos baixos salários oferecidos pelo Estado.

Uma reportagem específica aborda o caso do Instituto Butantan e de sua intrigante relação com a Fundação Butantan, entidade privada que controla inteiramente a gestão desse IPP. Funcionários querem transparência, pois a fundação ignorou um desvio de R\$ 35 milhões. Willy Beçak, notável pesquisador e ex-diretor do Butantan, denunciou, já em 2009: “O instituto ficou subordinado à fundação. A fundação passou a estabelecer a política do instituto”.

*O Editor*